

2

Racismo e sexismo: estruturas de longa duração

No presente capítulo, temos por pretensão demonstrar como racismo e sexismo apresentam-se no contexto brasileiro a partir das contribuições de Braudel (1992) e Guimarães (2006). Procuramos nos aproximar das idéias referentes à estrutura de longa duração e memória na tentativa de entender a persistência do racismo e sexismo em nosso cotidiano.

De acordo com Braudel (1992, p. 43) “[...] a duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também estofa da vida social atual” caracteriza-se como uma dialética da duração. Em outras palavras, a longa duração de determinados acontecimentos históricos influencia, sobremaneira, a dinâmica social das diversas populações. Passado e presente se articulam de modo que são capazes de sintetizar ideologias e práticas contraditórias que atravessam nosso cotidiano e contribuem para a existência e persistência de iniquidades sociais.

Neste sentido, racismo e sexismo podem ser analisados a partir do que Braudel (1992) pontua como ritmos de duração. Estes ritmos identificam a rapidez com a qual as transformações acontecem e como os fatos estão contidos nas várias temporalidades. Assim, a longa duração, onde as permanências relacionam-se intimamente com as mudanças, é tida pelo autor como uma atitude que “repetida incessantemente, atravessa as sociedades, os mundos, os psiquismos mais diversos” (BRAUDEL, 1992, p. 51).

O termo estrutura é utilizado por Braudel (1992) no intuito de pontuar e de privilegiar fatos passados que influenciam a história vivida. Estrutura “[...] não se trata de relações abstratas, trata-se, ao contrário, ‘do que na massa da sociedade, resiste ao tempo, perdura, escapa das vicissitudes, sobrevive com obstinação e sucesso’” (BRAUDEL *apud* GUIMARÃES, 2006, p. 30).

Para Braudel (1992) a estrutura de longa duração, como já citado, engloba mudanças envolvendo uma dialética entre estabilidade e transformação. Podemos dizer que racismo e sexismo, no contexto da longa duração, reconfiguram-se no presente, conservando características a partir de processos passados. Falando de outro modo, racismo e sexismo são mantidos nas sociedades contemporâneas imbuídos de transformações nos seus modos de operar mascarando-se e adaptando-se aos tempos. Logo, a persistência de ambos os caracterizam como estruturas de longa duração.

Um fato que ilustra a reconfiguração do racismo em nossa sociedade pode ser exemplificado a partir dos anúncios de emprego. Se num passado recente as oportunidades profissionais tinham como princípio seletivo a ideia de “boa aparência” leia-se “só para brancos” (DAMASCENO, 2000, p. 165) hoje a noção de estar ou não dentro do “perfil” de uma determinada colocação laboral implica várias possibilidades, inclusive que naquele perfil não se encaixa pessoas negras.

Neste processo Braudel (1992, p. 50) considera que nossos quadros mentais funcionam como “prisões de longa duração” ao colaborarem para a perpetuação de paradigmas normativos. Estes paradigmas possuem forte caráter político onde os sistemas de poder que são organizadores, justificadores e reprodutores de formas de dominação, contribuem para que determinados grupos sociais, tais como, negros e mulheres experimentem situações de desigualdades sociais, inclusive, no âmbito do trabalho.

Podemos articular a argumentação de Braudel (1992) às contribuições de Guimarães (2006, p. 31) no que se refere à memória. Para este último a sobrevivência do racismo, e aí incluímos sexismo, em sociedades democráticas contemporâneas é possível por conta da construção de uma memória que aprisiona os diversos segmentos societários, especialmente, as mulheres negras em quadros mentais determinados que, muitas vezes, desqualificam e desautorizam tais segmentos a usufruírem seus direitos sociais.

É necessário dizer que os “quadros mentais” se assentam não apenas numa dimensão individual. Comportamento, pensamento e memória devem ser vistos como consequências da socialização entre os diversos sujeitos, já que a construção social da memória se dá por indivíduos em interação social. Logo, a memória seria uma função que ocorre no interior de um grupo social e está intimamente ligada à percepção, à imaginação e ao pensamento construtivo (BARTLETT *apud* GUIMARÃES, 2006, p. 32). Nisso, as representações raciais e de gênero, que foram política e socialmente construídas ao longo do tempo, tendo como base o sistema de poder, identificam as mulheres negras em imagens estereotipadas e subvalorizadas.

Nesta perspectiva, a longa duração caracterizada como “velhos hábitos de pensar e agir, quadros resistentes, duros de morrer, por vezes contra toda a lógica” (BRAUDEL, 1992, p. 51) em conjunto com a memória pode nos ajudar a compreender porque racismo e sexismo se mantêm presentes na ideologia e prática social brasileira impedindo as mulheres negras de usufruírem efetivamente seus direitos sociais, tais como, trabalho com adequadas condições de remun-

neração, participação previdenciária e equidade social, principalmente, quando consideradas condições trabalhistas capazes de assegurar vida digna.

Temos uma desigualdade racial historicamente construída por processos que naturalizaram a exclusão social dos negros. Além dessa naturalização, que reserva para os negros um lugar de subalternidade na sociedade, a longa persistência dessa desigualdade revela um acordo oculto, uma cumplicidade ou indiferença em relação a tais assimetrias sociais (CARNEIRO, Sueli, 2006, p. 31).

Diante disso, nas secções a seguir destacaremos como a dinâmica social se apropria de ideais formados ao longo do tempo que contribuem para a permanência do racismo e sexismo no mundo, e no Brasil, em particular, colaborando para a manutenção de iniquidades sociais relacionadas à população negra em nosso país. Buscaremos caracterizar a estrutura de longa duração do racismo e do sexismo a partir de construções históricas e ideológicas que impactam e reforçam o pensamento de subalternização dirigido às mulheres negras.

2.1.

Racismo: a maldição de Cam

Os filhos de Noé, que saíram da arca, foram Sem, Cam e Jafé; Cam é o pai de Canaã. Esses três foram os filhos de Noé e a partir deles se fez o povoamento de toda a terra. Noé, o cultivador, começou a plantar a vinha. Bebendo vinho, embriagou-se e ficou nu dentro de sua tenda. Cam, pai de Canaã, viu a nudez de seu pai e advertiu, fora, a seus dois irmãos. Mas Sem e Jafé tomaram o manto, puseram-no sobre os seus próprios ombros e, andando de costado, cobriram a nudez de seu pai; seus rostos estavam voltados para trás e eles não viram a nudez de seu pai. Quando Noé acordou de sua embriaguez, soube o que lhe fizera seu filho mais jovem. E disse: - Maldito seja Canaã! Que ele seja, para seus irmãos, o último dos escravos. Bendito seja lahweh, o Deus de Sem, e que Canaã seja seu escravo! Que Deus dilate a Jafé. Que ele habite nas tendas de Sem, e que Canaã seja teu escravo! (GENESIS, 9, 18-27 apud PRAXEDES;PRAXEDES, 2004)

O fragmento citado acima é utilizado com o intuito de ilustrar como a disseminação do racismo foi possível a partir de múltiplas interpretações, dentre as quais a dimensão religiosa teve um peso relevante. O mito de Cam foi herdado da tradição judaico-cristã, na qual São Jerônimo ou Santo Agostinho e demais filósofos religiosos tentaram explicar a dominação de uns grupos sobre outros. Segundo o mito existiriam três filhos de Noé representantes ancestrais das três raças, a saber: Jafé (raça branca), Sem (raça amarela) e Cam (raça negra).

Relata o nono capítulo do Gênesis que Noé após viajar longamente, guiando sua arca em intenso dilúvio, encontra um oásis onde descansa com seus três filhos. Nisso, Noé aproveita para tomar algumas taças de vinho ficando embriagado e sem roupas. Assim, Cam teria zombado de Noé que o amaldiçoou

dizendo que ele [Cam] e seus descendentes seriam servos dos servos (GUIMARÃES, 2008; MUNANGA, 2004).

A passagem mitológica descrita pode ser entendida a partir das colocações de Souza (1983, p. 25), já que:

O mito é uma fala, um discurso - verbal ou visual - uma forma de comunicação sobre qualquer objeto: coisa, comunicação ou pessoa. Mas o mito não é uma fala qualquer. É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história transformá-la em "natureza". Instrumento formal da ideologia, o mito é um efeito social que pode entender-se como resultante da convergência de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas.

Segundo Macedo (2001) esta construção sobre a filiação dos negros a Cam teve destaque nos manuais religiosos cristãos até pelo menos o século XIX, abrindo um campo muito fértil aos defensores da inferioridade das populações negras. Tal fato pode ser entendido como difusor de um inconsciente coletivo¹ equivocadamente dirigido àqueles que apresentam as características fenotípicas como a pele escura. Estas construções colocam como autoridade política, intelectual, social e estética os brancos. Sobre a maldição de Cam, Macedo (2001, p. 05) afirma que:

Segundo o pesquisador Jean Devisse, até bem pouco tempo as escolas protestantes da África do Sul ensinavam que os negros deviam sua inferioridade aos brancos em razão da maldição de Cam, seu ancestral; idéia também divulgada em certas escolas "fundamentalistas" norte-americanas da década de 1960. No imaginário medieval, os africanos eram retratados segundo tais premissas teológicas ou segundo pontos de vista que, nos séculos posteriores, viriam consolidar concepções etnocêntricas e racistas.

Diante de tais fatos podemos inferir que a explicação acerca da inferiorização do povo africano a partir de sua descendência, ao instituir a cor como marca da maldição fez com que o cristianismo contribuísse para tornar o status social e moral dos negros mais austero (GUIMARÃES, 2008, p. 16). Embora outras passagens bíblicas sejam utilizadas pelos cristãos e pela Igreja como forma de neutralizar a maldição de Cam, defendendo e promovendo a igualdade entre os homens, tal mito pode ser entendido como uma construção ideológica, estrutura de longa duração que resulta no inconsciente coletivo a imagem dos negros como àqueles destinados às atividades "menos nobres" na escala social. Neste cenário, o ideal de perfeição, inteligência, determinação, sucesso e, con-

¹ “[...] conjunto cumulativo das produções culturais que circulam numa determinada sociedade sob a forma as mais variadas: iconografia, literatura, canções, provérbios, mitos.” (SPINK *apud* DFID; AMMA Pisique).

sequentemente, a maior representatividade em lugares de destaque é atribuída como lugares destinados às pessoas de tez branca.

A maldição de Cam foi utilizada aqui para retratar como construções milenares acerca da população negra espriam-se por toda a humanidade, colaborando para a criação de um imaginário equivocado que faz referência a negras e negros como àqueles que não merecem participar das riquezas sociais e econômicas produzidas no mundo por conta de uma suposta inferioridade tida como destino divino. Não só no Brasil, mas em diversas nações temos presenciado a situação complexa em que vivem, em sua maioria, os filhos da diáspora africana.

Após descrevermos, de maneira ampla, como a construção de um mito pode explicar a construção do racismo a nível mundial, o configurando como uma estrutura de longa duração, procuraremos mostrar como, no Brasil o racismo se conformou a partir da questão de marca (fatores fenotípicos) e de classe. A partir dessas abordagens tentaremos compreender alguns aspectos que particularizam a situação vivida e vivenciada por grande parte de negras e negros no Brasil aonde as hierarquias raciais construídas refletem a forma que tais sujeitos apresentam-se no cenário social.

2.1.1.

Para entender o racismo no Brasil: uma questão de marca

Neste momento, torna-se importante nos reportarmos ao entendimento do conceito de raça para, então, verificarmos como o racismo é constituído no Brasil.

Antes, contudo, se faz necessário explicitar qual o juízo aqui empreendido sobre tal conceito. Acreditamos que o conceito de raça que melhor atende a discussão aqui realizada vai de encontro ao pensamento de Munanga (2004, p. 01) que afirma que raça deva ser entendida como função social altamente relevante nas experiências de vida de grande parte dos entes sociais. Sendo assim, seria mais viável falarmos em raças sociais ou nos termos de Elisa Larkin Nascimento (2004, p. 45), raça como categoria socialmente construída.

De acordo com Munanga (2004, p. 01) o conceito de raça foi inicialmente utilizado pela Zoologia e Botânica com intuito de classificar animais e vegetais. Ao longo do tempo, a semântica relativa ao conceito sofre modificações de acordo com o tempo e lugar. No latim medieval, raça significava descendência,

linhagem, isto é, um conjunto de pessoas que compartilhavam um ancestral e características físicas comuns.

As classificações feitas pelas ciências naturais são aceitáveis se pensarmos que “a variabilidade humana é um fato empírico incontestável que como tal merece uma explicação científica” (MUNANGA, 2004, p. 02). Como diz Munanga (2004), conceitos e classificações servem para operacionalizar o pensamento. Caso a classificação tivesse sido utilizada apenas como forma de organização do pensamento relativa à diversidade humana em raças, ela teria sido útil. No entanto, a utilização equivocada da classificação racial serviu como agente de hierarquização entre os diversos grupos humanos.

O século XIX foi especialmente envolvido por este ideário. A partir deste momento o critério cor passa a ser acrescentado a outros critérios anatômicos como formatos do crânio, nariz, lábios, queixo, ângulo facial, etc. como forma de atribuir valores aos seres humanos. As teorias raciais utilizavam estas atribuições para enquadrar os grupos raciais como aptos ou inaptos a se desenvolverem e destacarem-se nas diversas dimensões sociais.

A suposta inferioridade do negro construída historicamente e com a ajuda da ciência (séc. XIX), justificou [...] como crença a supremacia política, econômica e social de um grupo sobre o outro. A ideologia da época, que também pressupunha a superioridade do branco, transformou-o em modelo universal de humanidade. Esse foi um período caracterizado pelas teorias raciais que favoreceram a dominação dos negros (DIFD; IAMMA Psique, p. 38).

De acordo com Munanga (2004), no século XX, estudos sobre a genética humana trouxeram contribuições importantes, já que a partir do cruzamento de fatores genéticos, descortinou-se a existência de uma série raças, sub-raças e sub-sub-raças. Assim, indivíduos pertencentes à mesma raça podem ser mais distantes do que àqueles de raças diferentes, ou ainda, a característica de uma raça pode ser encontrada, mesmo com menores possibilidades, em outra raça. Além disso, a evolução da Biologia, bioquímica e biologia molecular possibilitaram aos cientistas dessa área concluir que “raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques” (MUNANGA, 2004, p. 04).

A crença da divisão da humanidade em raças como fator biológico natural deixou como legado uma teoria pseudocientífica denominada raciologia que carregava mais um discurso doutrinário que científico. Logo, a raciologia ganha terreno no início do século XIX sendo responsável por disseminar a justificativa e

legitimação dos sistemas de dominação racial em detrimento de um esclarecimento da diversidade humana. Nas afirmações de Munanga (2004, p. 05) “Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes”.

Embora o conceito como categoria científica seja contestado desde o final da II Grande Guerra por conta do holocausto contra os judeus na Europa e, como visto, a Biologia confirme a inexistência de raças, no sentido de divisão da espécie humana, é inequívoco afirmar que raça “é um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ela esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e dominação” (MUNANGA, 2004, p. 06). Por isso, acreditamos que o termo mais acertado a ser utilizado é o de raças sociais, já que carrega uma realidade social e política.

Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (MUNANGA, 2004, p. 06).

A perspectiva adotada por Munanga (2004) para o entendimento do racismo diz respeito às características físicas e biológicas dos sujeitos que os situariam numa miríade de valores desiguais. Ou seja, a relação entre raça e racismo poderia ser explicada teoricamente através de uma ideologia essencialista que alega a divisão da humanidade em diversos grupos raciais. Nestes, as características físicas hereditárias funcionariam como suporte das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas. Assim,

[...] o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. **De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas** (MUNANGA, 2004, p. 08) [grifos nossos].

Quanto às características físicas ou biológicas citadas por Munanga (2004) é inequívoco afirmar que, no Brasil, a marca referente a cor da pele é um indicador de valores reforçado a partir da tendenciosidade científica em relacionar a cor à inteligência, à cultura e às características psicológicas em esquemas hierarquizantes. Neste sentido, a geografia do corpo, é percebida, dentre outros

aspectos pela cor da pele negra que indica que as pessoas que possuem tal característica fenotípica apresentam maiores possibilidades de sofrerem discriminação. Logo, a concepção de Munanga (2004) é de denunciar a existência de preconceitos e discriminações raciais no Brasil baseados nas características físicas, isto é, “trata-se aqui de um racismo por analogia ou metáforização, resultante da biologização de um conjunto de indivíduos pertencendo a uma mesma categoria social. É como se essa categoria social racializada (biologizada) fosse portadora de um estigma corporal” (MUNANGA, 2004, p. 10).

Para corroborar as contribuições de Munanga (2004) no que tange a particularidade das discriminações e preconceitos raciais que ocorrem no Brasil, é elementar o estudo de Oracy Nogueira (1998).

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca (NOGUEIRA, 1998 [1954], p. 78).

Para Nogueira (1998) o cromatismo epidérmico exerce influência na estratificação social no Brasil. Assim, àqueles que mais se aproximam das características fenotípicas do grupo racial branco correriam menores chances de serem discriminados ou o seriam de maneira mais amena.

Neste contexto, o imaginário coletivo ainda baseia-se em estigmas construídos ao longo dos tempos. “Embora a raça não exista biologicamente, isto é insuficiente para desaparecer as categorias mentais que a sustentam” (MUNANGA, 2004, p. 10). Neste sentido, o Brasil, teve como fatores determinantes de sua consolidação o constitutivo de cor da qual “era fato de que branco e negro representavam apenas extremos de uma linha ininterrupta onde, às diferentes nuances de cor, se adscreviam significados diversos, segundo o critério de que quanto maior a brancura, maiores as possibilidades de êxito e aceitação” (SOUZA, 1983, p. 22).

Contudo, as assimetrias raciais presentes em nossas relações sociais são escamoteadas por conta do persistente pensamento de que vivemos sob o manto da harmonia racial. É fato que não tivemos a experiência de um sistema jurídico de segregação racial como ocorrido nos Estados Unidos da América e África do Sul. Embora seja fato que a configuração do sistema judiciário brasileiro, desde seus primórdios, é dotada de mecanismos que favorecem as camadas dominantes, conseqüentemente formada por pessoas brancas em sua maioria.

Assim, a ausência de preceitos normativos não impede a existência de desigualdades sociais baseadas na raça/cor dos sujeitos e nem a discriminação de fato.

A suposta democracia racial brasileira, embora já desgastada, possibilita a crença de que o racismo no Brasil inexistente sendo as desigualdades sócio-econômicas àquelas que determinam a estratificação social e as possíveis imobilidades sociais das pessoas. Todavia, afirmamos no Brasil as dimensões raciais e de gênero operam como definidoras das realizações profissionais e pessoais, sendo elementos que não podem deixar de serem considerados quando refletimos as desigualdades socioeconômicas. Logo, compreender os motivos pelos quais a classe é tida como sobreposta ao conceito de racismo se faz importante para avançarmos em nossa análise.

2.1.2.

Para entender o racismo no Brasil: uma questão também de classe

Outro aspecto muito discutido quando se fala da questão racial no Brasil é o fato de, na maioria das vezes, acreditar-se que o racismo é inexistente e o que unicamente determina situações desfavoráveis, econômica e socialmente, é a desigualdade de classes que, por sua vez, afasta a população negra das oportunidades de desenvolvimento nas mais diversas instâncias da vida social.

Falar de racismo no Brasil é um tabu. Sendo assim, atribuir a responsabilidade da estagnação social da população negra a partir da análise economicista é a forma mais usual de se justificar o permanente lugar do negro e, da mulher negra em particular, na base da pirâmide social brasileira. Este aspecto é potencializado pelo mito da democracia racial².

Essa pretensão a um anti-racismo tem raízes profundas, tanto na nossa história, quanto na nossa literatura. [...] Em termos literários, desde os estudos pioneiros de Gilberto Freyre, no início dos anos trinta, seguidos por Donald Pierson, nos anos quarenta, até, pelo menos, os anos setenta, a pesquisa especializada de antropólogos e sociólogos, de um modo geral, reafirmou (e tranquilizou), tanto aos brasileiros quanto ao resto do mundo, o caráter relativamente harmônico de nosso padrão de relações raciais (GUIMARÃES, 1999, p. 37).

Segundo Guimarães (1999) as primeiras pesquisas científicas que tratavam das relações raciais são de inspiração norte-americana. Os EUA são toma-

² A democracia racial é aqui entendida como “construção ideológica que aponta para a existência de uma relação concreta na dinâmica da nossa sociedade, na qual,” pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas “(GUIMARÃES *apud* NASCIMENTO, 2007, p. 38).

dos como modelo por cientistas para se “comparar, contrastar e entender a construção social das ‘raças’ em outras sociedades, especialmente no Brasil” (GUIMARÃES, 1999, p. 38). De acordo com o autor, o modelo norte-americano apresentava um padrão de relações violento, imbuído de conflitos tendo caráter altamente segregacionista legitimado pela lei “Jim Crow” que duraram de 1876 a 1965. Esta estabelecia regras pormenorizadas que classificavam e agrupavam as pessoas a partir de “arrazoados biológicos” que definiam as supostas raças. Já no Brasil, as relações violentas e o segregacionismo institucionalizado por leis jurídicas não chegaram a ocorrer. No entanto, como já exposto:

O modelo brasileiro, ao contrário, mostrava uma refinada etiqueta de distanciamento social e uma diferenciação aguda de *status* e de possibilidades econômicas, convivendo com equidade jurídica e indiferenciação formal; um sistema muito complexo e ambíguo de diferenciação racial, baseado, sobretudo em diferenças fenotípicas, e cristalizado num vocabulário cromático (GUIMARÃES, 1999, p. 39).

A idéia da inexistência de disparidades raciais a partir do mito da democracia racial (onde seus maiores articuladores foram intelectuais brancos de classe média) procurou esconder o racismo sob o manto da classe e status social. Neste processo, foram ignorados os protestos de pretos e mulatos que denunciavam as barreiras econômicas, políticas e sociais impostas pelo preconceito de cor.

É sabido que o conceito de classe ganhou notoriedade a partir de interpretações enviesadas da obra de Marx. Este importante filósofo e pensador das relações de classes procurou demonstrar que a sociedade capitalista da era moderna (sociedade burguesa) tinha na exploração dos trabalhadores o seu desenvolvimento. Nesta construção Marx não contemplou em sua análise a relação trabalho no capitalismo e as formas de coerção não econômicas, tais como, raça, idade, sexo/gênero, religião, nacionalidade etc (GUIMARÃES, 2002, p. 09). Na verdade, a intenção de Marx era analisar a exploração capital trabalho tipicamente capitalista. De acordo com Guimarães (2002, p. 09) o argumento político equivocadamente produzido dessa análise abstrata foi que as classes sociais capitalistas se formariam renunciando qualquer uma das formas de sociabilidades citadas, dentre as quais raça/cor e sexo/gênero. Estas seriam consideradas formas secundárias a serem superadas pelo próprio regime capitalista.

Ora, o conceito de classes sociais capitalistas nada mais é que um recurso analítico para referir-se a esse tipo de exploração, que, na prática social e no mundo real, aparece sempre misturado a hierarquias de gênero, de raça, etnia ou outra forma qualquer de construção de outsiders (Elias e Scotson, 1994). [...] não se

pode escapar do fato de que as desigualdades raciais no capitalismo sejam também desigualdades de classe (GUIMARÃES, 2002, p. 10).

É interessante dizer que as reatualizações da raça, gênero, etnias devem continuar sendo considerados meios eficientes de exploração econômica que longe de serem extintas no capitalismo tardio têm sido redesenhadas para a manutenção dos privilégios à classe dominante no Brasil.

Seguindo a assertiva de Hall ao afirmar que “Raça é o modo como a classe é vivida”, afirmamos que o fator racial no Brasil é um dos pilares fundamentais quando analisadas as complexidades que envolvem as diferentes classes sociais. Além de raça, sexo/gênero também se constitui como um determinante de como a classe é vivida.

Nesta perspectiva, as interpretações que Hall (2003) inscreve ao debate “classe x raça”, iluminado pelo pensamento de Gramsci, enriquecem a discussão a respeito das desigualdades raciais e de classe. De acordo com Hall (2003), Gramsci atacava os vestígios economicistas³ e reducionistas no interior do marxismo clássico.

Essa abordagem vê as outras dimensões da formação social simplesmente como reflexos do “econômico” em outro nível de articulação, sem qualquer outra força estruturadora ou determinante em si mesmas. Em termos claros, a abordagem reduz toda a formação social no nível do econômico, e concebe todos os outros tipos de relação social como algo direta e imediatamente “correspondentes” ao econômico. Isso reduz a formulação um tanto problemática de Marx - o econômico enquanto “determinante em última instância” - ao princípio reducionista de que o econômico determina, de uma forma imediata, da primeira até a última instância. Nesse sentido o “economicismo” é um reducionismo teórico (HALL, 2003, p. 303).

Desta feita, considerar o fator econômico única e exclusivamente como determinante das estruturas sociais empobrece, simplifica e nivela todas as mediações entre os diversos níveis sociais representando as formações sociais como simples totalidade expressiva. Esse constructo teórico ao ser introduzido na realidade das relações entre os entes sociais produz o consenso de que nada além dos aspectos econômicos influenciam na posição dos indivíduos numa dada sociedade.

O tipo de infalibilidade imediata que o reducionismo econômico traz como consequência, argumenta Gramsci, “é de pouco valor”. Além de não possuir relevância teórica, tem implicações políticas ou eficácia prática mínimas. “em geral, produz nada mais que sermões moralísticos e intermináveis questões de personalidade” (CP, p.166). Trata-se de uma concepção baseada na “convicção férrea de que existem leis objetivas de desenvolvimento histórico semelhantes à lei na-

³ Ao falar em economicismo Hall (2003) afirma não ignorar o poder funcional pelos quais as fundações econômicas de ordem social ou as relações econômicas dominantes da sociedade estruturam a vida social. Sua crítica se volta ao fato de uma abordagem teórica específica tenda a ler as fundações econômicas da sociedade como única estrutura determinante (HALL, 2003, p. 303).

tural, junto com a crença em uma teleologia predeterminada, com a da religião” (HALL *apud* GRAMISCI, 2003, p. 305).

Neste sentido, acreditamos que o fator econômico não pode e nem deve ser ponderado de maneira divorciada dos fatores raça/cor e sexo/gênero. Ao empregar as idéias de Munanga (2004), Guimarães (1999) e Hall (2003) buscamos subsidiar nossa posição de que o racismo no Brasil procura refugiar-se por traz do discurso da desigualdade socioeconômica.

Os vários estudos sobre o tema assim como os dados socioeconômicos comprovam as dificuldades vivenciadas pela população negra, em especial pelas mulheres negras, no que se refere à ocupação, rendimentos, mercado de trabalho, educação, saúde, etc.

Ao contextualizar as leituras dos autores utilizados podemos dizer que raça/cor, sexo/gênero e classe social formam um conjunto de fatores que influenciam o lugar social a ser ocupado pelos indivíduos. Nesta perspectiva, na próxima secção, veremos como as mulheres negras são impactadas por estes fatores.

2.2. Sexismo: Mulata Exportação

*Mas que nega linda
E de olho verde ainda
Olho de veneno e açúcar!
Vem nega, vem ser minha desculpa
Vem que aqui dentro ainda te cabe
Vem ser meu álibi, minha bela conduta
Vem, nega exportação, vem meu pão de açúcar!
(Monto casa procê mas ninguém pode saber, entendeu meu dendê?)
Minha tonteira minha história contundida
Minha memória confundida, meu futebol, entendeu meu gelol?
Rebola bem meu bem-querer, sou seu improvisado, seu karaquê;
Vem nega, sem eu ter que fazer nada. Vem sem ter que me mexer
Em mim tu esqueces tarefas, favelas, senzalas, nada mais vai doer.
Sinto cheiro docê, meu maculelê, vem nega, me ama, me colore
Vem ser meu folclore, vem ser minha tese sobre nego malê.
Vem, nega, vem me arrasar, depois te levo pra gente sambar.”
Imagem: Ouvi tudo isso sem calma e sem dor.
Já preso esse ex-feitor, eu disse: “Seu delegado...”
E o delegado piscou.
Falei com o juiz, o juiz se insinuou e decretou pequena pena
com cela especial por ser esse branco intelectual...
Eu disse: “Seu Juiz, não adianta! Opressão, Barbaridade, Genocídio
nada disso se cura trepando com uma escura!”
Ó minha máxima lei, deixai de asneira
Não vai ser um branco mal resolvido
que vai libertar uma negra:*

*Esse branco ardido está fadado
 porque não é com lábia de pseudo-primado
 que vai aliviar seu passado.
 Olha aqui meu senhor:
 Eu me lembro da senzala
 e tu te lembrás da Casa-Grande
 e vamos juntos escrever sinceramente outra história
 Digo, repito e não minto:
 Vamos passar essa verdade a limpo
 porque não é dançando samba
 que eu te redimo ou te acredito:
 Vê se te afasta, não invista, não insista!
 Meu nojo!
 Meu engodo cultural!
 Minha lavagem de lata!*

*Porque deixar de ser racista, meu amor,
 não é comer uma mulata!*

Elisa Lucinda, *Mulata Exportação*

O Sexismo, entendido enquanto atitude de discriminação⁴ contra as mulheres existe e persiste em meio à humanidade caracterizando-se como estrutura de longa duração. Relatos milenares contidos na Bíblia, especialmente àqueles relacionados à criação (Gênesis) são considerados os mais sexistas e podem ser tomados como via dilatadora de construções imaginárias que colocam a mulher em situação de passividade e submissão.

Numa interpretação mais contemporânea, a definição de Smigay (2002), traz o sexismo como ação pertencente a culturas falocráticas que tomam o “imaginário social e o prepara num vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social” (VON SMIGAY, 2002, p. 34).

Embora tenhamos conhecimento do intenso debate teórico acerca das possíveis assimetrias entre os conceitos sexismo e gênero⁵, vale dizer que a opção por trabalhar com o conceito de sexismo não exclui o uso do gênero, pois na realidade acreditamos que ambos fazem-se presentes nas relações sociais. Além disso, tomamos aqui o sexismo como uma das categorias teóricas que iluminam este trabalho por acreditarmos que, longe de pretensões essencialis-

⁴ Aqui entendemos discriminação enquanto forma de ação através da qual se opera modos de separação e exclusão baseada na ideologia do racismo e do sexismo.

⁵ Sexismo seria baseado num determinismo biológico onde homens e mulheres teriam papéis sociais determinados em função da distinção sexual (macho x fêmea) enquanto que gênero teria um caráter fundamentalmente social. Nisso, gênero “pretende se referir ao modo como características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são ‘trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico’” (LOURO, 1998, p.22).

tas, as diferenciações baseadas no sexo influenciam, sobremaneira, as vivências dos entes sociais. Neste sentido, interamos o valor advindo dos estudos de gênero, entretanto, buscamos resgatar a noção de mulher enquanto categoria política não deixando de lado o fato de tal categoria estar imersa numa heterogeneidade construída ao longo da história, onde discursos e ações diferenciadas fazem parte da dinâmica social a qual estamos inseridos (COSTA *apud* CANTO, 2009, p. 61).

Nesta perspectiva, voltaremos nosso olhar sobre o universo das mulheres negras na qual diversos estudos, tais como de Lélia Gonzalez (1983); Sueli Carneiro (2003); Beatriz Nascimento (2007); Luiza Bairros (1995); dentre outros, constataram que o sexismo ao estar relacionado ao racismo empreende as mulheres com fortes características fenotípicas afrobrasileiras experiências perversas de discriminação tanto por conta do seu sexo/gênero quanto de sua condição racial.

De acordo com Soares (2000) "sexismo e racismo mantêm um paralelismo por serem produtos de relações sociais hierarquizadas, fundamentadas em privilégios, isto é, manifestam-se através de relações de poder" (SOARES, 2000, p. 259). Já nos termos de Gonzalez (2008) racismo e sexismo são sustentáculos da ideologia de dominação, já que:

[...] fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra. A dimensão racial impõe-nos uma inferiorização ainda maior, já que sofremos, como as outras mulheres, os efeitos da desigualdade sexual (GONZALEZ, 2008, p. 44).

O poema de Elisa Lucinda que abre este subcapítulo traduz a forma como a mulher negra é representada num cenário racista, sexista e classista característico da sociedade brasileira.

A criação de Lucinda mostra a mulher negra como àquela que precisa ser escondida nas relações amorosas (Monto casa procê, mas ninguém pode saber, entendeu meu dendê?) sendo erotizada na forma de mulata exportação. É apresentado como seu habitat a favela e a senzala e o homem branco tido como figura dominante mostra sua hegemonia diante da mulher escura (Falei com o juiz, o juiz se insinuou e decretou pequena pena com cela especial por ser esse branco intelectual...). Por outro lado, a escura, consciente da dinâmica social que se realiza ao seu redor e que tem como pano de fundo a Casa Grande e a Senzala denuncia a falsa democracia racial. Esta mulher se dispõe escrever uma

história diferente, uma história onde o fato de a mulata ser objeto de desejo pelo homem branco não é o bastante para se afirmar a igualdade entre raças.

Este imaginário criado em torno da mulher negra tem na obra de Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala* (1930) um dos instrumentos de maior repercussão da equivocada imagem da mulher negra brasileira. Tal obra toma como base a formação social brasileira a partir do período colonial. É cercada de polêmicas por adocicar as relações raciais não externalizando as perversidades vivenciadas por negros no período da escravidão. Contudo, nesta perspectiva de harmonia entre os diferentes grupos raciais, Freyre enfatiza quem são os superiores e quem são os inferiores. Nisso, as mulheres negras são apresentadas como passivas.

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixar de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de "superiores" com "inferiores" e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala (FREYRE, 2001, p. 46)

Os estereótipos relacionados às mulheres negras, em boa parte, tomam consistência a partir deste momento histórico brasileira. No que se refere ao mercado de trabalho a obra de Freyre (2001) também estabeleceu alguns paradigmas sobre as quais as mulheres negras estariam relacionadas. Àquelas com "raras" qualidades de doçura poderiam ser futuras mucamas. Enquanto que as mais sestrosas seriam escravas de senhoras das cidades e ao mesmo tempo serviriam como negras de ganho, fonte de lucro para seus senhores, já que também trabalhavam como prostitutas, quituteiras, doceiras, lavadeiras etc. Quando não eram consideradas sestrosas trabalhavam nas lavouras do mesmo modo que os homens negros.

Sob o manto da harmoniosa convivência entre grupos raciais, a sociedade de modo geral, tendo como construção imaginária a figura da mulher negra como não ocupante de posições de destaque nos diversos setores sociais, a cristaliza em determinados lugares. No trabalho, na mídia, no mercado conjugal, no setor saúde as mulheres negras vêm experimentando ao longo dos tempos experiências de discriminação e preconceito subsidiados pelo clássico pensamento social brasileiro tão disseminado pela obra de Freyre. No prefácio de *Casa-grande e Senzala*, Darci Ribeiro (2001) interpreta o pensamento de Freyre em relação às escravas.

A verdadeira glória, porém, nos diz Gilberto, só alcançava a preta tirada do eito - e assim quase alforriada da condição real de escrava-massa - passa a ser adorno e como tal servir de mucama do senhor e da senhora (RIBEIRO, 2001, p. 41).

Revestido com novas roupagens o pensamento dominante de que as mulheres negras têm de exercer papéis de subserviência e subordinação ainda persiste. O sexismo ancora-se como estrutura de longa duração (Braudel, 1991) no Brasil a partir de construções advindas desde o período colonial até os dias atuais. Como já dissemos a experiência de ter a pele preta e ser do sexo feminino irão possibilitar as mulheres negras um ethos diversificado ao das mulheres brancas. Desta forma, nos basearemos a seguir nas contribuições de Lélia Gonzalez no intuito de enfatizarmos, de maneira mais pormenorizada, como o sexismo dirigido às mulheres negras é refletido nas diversas dimensões de sua vivência social, inclusive na divisão racial do trabalho.

2.2.1. O sexismo a partir de Lélia Gonzalez

As contribuições de Lélia Gonzalez são tidas como marcos referenciais no que diz respeito ao estudo das mulheres negras no Brasil. O pioneirismo desta estudiosa foi, recentemente, reconhecido pela academia e vem sendo inspirador da luta do movimento de mulheres negras no país.

A partir do artigo “Racismo e Sexismo na cultura brasileira” (GONZALEZ, 1983) tentaremos demonstrar como o sexismo se particulariza no Brasil ao ter na mulher negra o alvo que com maior violência sente seus efeitos. A partir do tripé imaginário mulata-doméstica-mãe-preta, eternalizado na obra de Freyre (2001), a autora discorre como que o sexismo e o racismo engessa a figura da mulher negra neste tripé. Assim “mulher negra, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelado” GONZALEZ, 1983, p. 226).

O controle ideológico que funciona como cristalizador das imagens relacionadas às mulheres negras numa dialética entre memória e consciência contribuem para a perpetuação do sexismo no sentido em que a construção da consciência sob as influências do pensamento dominante corrobora para o esquecimento da história de luta e resistência da população negra que, usualmente, é tirada de cena. A partir disso, Gonzalez (1983) busca desenvolver um pensamento próprio e revolucionário onde a figura da mulher negra, ao invés de

ser rotulada como inferiorizada é colocada como resistente. No entanto, a autora não deixa de destacar os mecanismos nocivos do racismo atrelados ao sexismo que colaboram para a criação da imagem subalternizada das mulheres negras.

O tripé mulata-doméstica-mãe-preta, embora tenha sido trabalhado por Gonzalez na década de 1980, acreditamos ser bastante atual e influenciador na trajetória de vida e trabalho das mulheres negras brasileiras. Enquanto mulata nossa sociedade entende a mulher negra como àquela direcionada a atividades ligadas às festas populares como o carnaval. “Toda jovem negra, que desfila no mais humilde bloco do mais longínquo subúrbio, sonha com a passarela da Marquês de Sapucaí” (GONZALEZ, 1983, p. 228). Endeusada por seu desempenho como passista prende olhares e atenções do grande público, especialmente do público masculino.

Na figura de doméstica, Gonzalez (1983) afirma que a mulher negra “nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega a família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ, 1983, p. 230). Cabe enfatizar que o trabalho doméstico foi e continua sendo o esteio de muitas famílias negras, sobretudo daquelas chefiadas por mulheres negras. Logo, esta modalidade de trabalho, muitas vezes, se confunde com a identidade da mulher negra que tem na realização desta atividade a principal fonte de renda para seus familiares. Por ser uma atividade tão íntima ao ambiente familiar daqueles que utilizam estes serviços, o trabalho doméstico, a nosso ver, deveria estar entre os mais valorizados, mas não é o que ocorre. A trabalhadora doméstica, geralmente negra, não dispõe de tal reconhecimento, talvez por estar associado às atividades da mulher negra enquanto escrava. “É sobre o trabalho escravo que se constrói nossa economia. ‘O trabalho manual passa, por isso, a ser considerado infame, somente praticado por escravos’” (TELES, 2003, p. 20). E nesse contexto as mulheres negras são imediatamente associadas à figura de empregadas domésticas de modo que não lhes resta outro destino⁶.

A mãe-preta, tomada por Gonzalez como a responsável por disseminar os valores afrobrasileiros no interior do grupo racial dominante branco é tomada por este mesmo grupo como àquela que, destituída de família própria, está

⁶ Ao tratarmos das mulheres negras enquanto empregadas domésticas não estamos, de forma alguma, nos expressando com o intuito de identificar tal atividade de forma estereotipada e com valor menor. Sabemos da importância desta atividade para a população negra, em especial, para grande parte das trabalhadoras negras, e da luta de várias organizações para que tais atribuições tenham reconhecidos seus direitos trabalhistas e previdenciários. O que queremos enfatizar é a forma como tal atividade é permeada no imaginário social (“o burro de carga” nos termos de Gonzalez) onde as mulheres negras são vistas apenas como domésticas, mulatas ou mãe-pretas.

preparada para servir às necessidades dos outros. Embora a autora não tenha trabalhado tal aspecto relacionado a figura da mãe-preta, Tia Nastácia representada na obra *Sítio do Pica Pau Amarelo* de Monteiro Lobato⁷ é exemplar ao demonstrar a negra dócil. Este imaginário forjado sob a ideologia racista fortalece a anulação da individualidade da mulher negra. Além disso, sob a áurea do racismo cordial visualiza-se a figura da mãe-preta como sendo a “negra de alma branca”.

Enfatizamos a importância da mãe-preta na formação social brasileira, tal como Gonzalez destacou, ou seja, o valor impresso na introdução da africanização no vocabulário brasileiro através do pretuguês. No entanto, o ideário dominante promove o esvaziamento da figura mãe-preta através do racismo e sexismo.

O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a idéia que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje (HOOKS *apud* BARRETO, p. 39).

Neste sentido, cabe nos reportarmos à noção de imagens controladoras proposta por Collins *apud* Caldwell (2000, p.101). De acordo com a autora as imagens atribuídas às mulheres negras conjugam representações culturais a formas estruturais de desigualdade que naturalizam e escamoteiam as relações de poder. Nisso, as imagens controladoras "são projetadas para fazer racismo, sexismo e pobreza parecerem naturais, normais, como uma parte inevitável de vida cotidiana". Logo, às mulheres negras são empreendidas imagens que buscam cristalizá-las num universo subalternizante e desigual onde raça e gênero funcionam como determinantes de desigualdades estruturais, ideológicas culturais, sociais e políticas. Estes aspectos se particularizam no Brasil, ao ter no mito da democracia racial sua mola propulsora.

Nos ambientes e momentos onde o poder e a manutenção do *status quo* de uma classe dominante branca não são ameaçados as qualidades “inatas” da mulher negra (mulata-doméstica-mãe-preta) são enaltecidos e obscurece-se

⁷ Em entrevista para a Gazeta-Magazine em 1943, Lobato respondeu ao repórter Silveira Peixoto sobre como havia surgido a cozinheira do Sítio: "Tive em casa uma Anastacia, ama do meu filho Edgard. Uma preta alta, muito boa, muito resmunguenta, hábil quituteira... Tal qual a Anastacia, ou a tia Nastacia dos livros." Ele também cita a mesma no ano de 1912 em quanto fala ao amigo Godofredo Rangel, sobre seus filhos: "O peralta é o Edgard. Põe-me doido e é escandalosamente protegido pela mãe e a tia Anastacia, a preta que eu trouxe de Areias e o pega desde pequenininho. Excelente preta, com um marido mais preto ainda, de nome Esaú." Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tia_Nast%C3%A1cia>. Acesso em: 21 fev 2010.

assim os efeitos do racismo. No entanto, ao consideramos os lugares privilegiados da sociedade, lugares onde a condição de desigualdade social da população negra pode ser revertida, os efeitos do racismo se mostram de maneira mais intensa. Assim, o imaginário social não concebe as mulheres negras em lugares diferentes dos lugares de mulata, doméstica ou mãe-preta. Deste modo, Gonzalez (1983) enfatiza que nossa sociedade vivencia uma neurose cultural onde são construídos ocultamentos do sintoma do racismo.

Deste modo, o entrelaçamento do sexismo e do racismo busca perpetuar as mulheres negras em imagens estereotipadas, pejorativas e subordinadas. Esta tão eficaz engenharia precisa ser desmontada. Assim, há a necessidade de [re]significação da imagem das mulheres negras, no sentido de demonstrar que este segmento social não pode e não deve ser alijado de seus direitos sociais por conta dos efeitos perversos do racismo e do sexismo. Nesta perspectiva, Gonzalez (1983) enfatiza que o “lugar natural” (cozinheira, faxineira, prostituta, mulata exportação) da qual o imaginário coletivo destina as mulheres negras deve ser desmascarado, atacado e transformado.

Mas, como esta marcha contra esses dois “vilões” (racismo e sexismo) da cidadania vem sendo possível num cenário hostil e preconceituoso como o da sociedade brasileira? É sob este aspecto de [re]significação, denúncia e transformação da ideologia subalternizante que envolvem o público feminino negro que o movimento de mulheres negras brasileiras vem imprimindo importante protagonismo na luta antirracista e antissexista no país.

A partir da exposição das principais contribuições do movimento de mulheres negras no Brasil, intencionamos demonstrar a potencialidade da luta contra as desigualdades sociais enfrentadas por este grupo social. Desta forma, afirmamos que a situação desfavorável pela qual as mulheres negras foram e, continuam sendo sujeitadas, não passa sem resistências.

O objetivo do subcapítulo a seguir é demonstrar a importância do movimento de mulheres negras para a inclusão de suas especificidades no desenho das políticas públicas no país. Tal pressão reflete-se nas ações antidiscriminatórias que vem se desenvolvendo em alguns espaços, dentre os quais o espaço empresarial.

2.2.2. Mulheres negras brasileiras: sujeito histórico e político de direitos

A trajetória de luta antirracista e antissexista por parte das mulheres negras brasileiras não é recente. Podemos considerar que desde a travessia do continente africano para as Américas, a resistência às formas violentas e inumanas dispensadas aos africanos negros e seus descendentes por parte dos colonizadores, majoritariamente brancos e europeus tiveram muitas formas de resistência. Werneck (2009) ao discorrer sobre a diáspora africana e o papel fundamental das mulheres negras neste processo afirma que:

Na formação e expansão desta diáspora, as articulações empreendidas tinham e têm como âncora principal a luta contra a violência do aniquilamento - racista, heterossexista e eurocêntrica - com vistas a garantir nossa participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior a que nos vinculamos. Articulações que se desenvolveram apesar das ambigüidades e limitações de identidades fundadas em atributos externos impostos pelo olhar dominador, de forte marca fenotípica (visual) e cuja amplitude de aniquilamento estende-se ao genocídio e ao epistemicídio (WERNECK, 2009, p. 77).

Neste sentido, a autora afirma que se não fosse a resistência e o imperativo de sobrevivência ao cenário violento possibilitado pela espoliação do povo negro africano, talvez não existissem as mulheres negras. A interpretação que damos a este pensamento é que a resistência é parte intrínseca da identidade negra feminina, já que as experiências de desfavorecimento social, político, econômico e cultural vem fazendo parte de seu cotidiano desde a travessia transatlântica. Sendo assim, a categoria mulher negra é histórica e a luta contra as desigualdades que as permeiam é secular.

Tomando como base o pensamento de Werneck (2009) é importante enfatizar que o protagonismo de luta e resistência das mulheres negras contra o racismo patriarcal e o sexismo é histórico. Tal fato pode ser exemplificado pela duração e resistência de mitos que atravessaram o Atlântico sob condições desumanas contestando o terror racial, a violência e as investidas de conversão euro-cristã. Nanã, Iemanjá, Iansã, Oxum e Obá são algumas das divindades tradicionais de resistência feminina negra existente desde tempos imemoriais. Além delas, existiram e ainda existem, as sociedades secretas (Geledé, Eleekó) e as Irmandades femininas negras (Boa Morte - BA). Além disso, a autora destaca a figura da Ialodé cujo título refere-se a “liderança feminina que, segundo registros historiográficos precários, existiu nas cidades iorubas pré-coloniais”

(WERNECK, 2009, p. 79). Quanto ao protagonismo histórico das mulheres negras, Werneck (2009) segue argumentando que:

Chamar atenção para ialodê, para as divindades aqui assinaladas e para as diferentes associações de mulheres, é um modo de destacar exemplos das formas políticas e organizacionais cuja origem precedeu a invasão escravista e colonial. Estes reafirmavam e reafirmam a política como um atributo feminino desde a época anterior ao encontro com o ocidente. Diga-se de passagem, ao contrário do que afirmam muitas e muitos, a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão européia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo. No entanto, seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível (WERNECK, 2009, p. 80).

A partir desta luta secular pelo reconhecimento de si como ser humano na busca de direitos sociais mínimos para sua sobrevivência e da sua comunidade, as mulheres negras brasileiras vêm articulando ao longo dos tempos, estratégias de enfrentamento ao racismo e ao sexismo de maneira intensa. Contudo, conforme destacado por Werneck, a influência destas contribuições encontraram obstáculos no movimento feminista tradicional.

É sabido que o movimento feminista brasileiro, que teve sua gênese entre os anos 1960 e 1970, pode ser considerado um dos movimentos sociais de maior importância, não só no cenário brasileiro, mas também a nível mundial.

Castells (2001) enfatiza que as mudanças do final do século XX possibilitadas pela tecnologia (transformadora do processo de reprodução da espécie humana), pela economia informacional global e pelo desenvolvimento do movimento feminista abalaram de maneira significativa a estrutura da família patriarcal. Tal afirmação é pertinente ao pensarmos a sociedade brasileira cuja estrutura foi construída em bases patriarcais, escravistas e patrimonialistas. Neste cenário de transformações sociais, as mudanças familiares ocorridas no Brasil foram possíveis por conta não só do advento da tecnologia, mas, especialmente, da luta das mulheres que a partir da mudança de sua identidade conseguiram superar algumas adversidades.

Para Castells (2001) o movimento feminista se constitui como um dos mais revolucionários movimentos sociais por sua capacidade de abalar a legitimidade da dominação masculina, principalmente no que diz respeito ao provimento do lar. De acordo com o pensador os diferentes movimentos feministas:

[...] têm causado impacto profundo nas instituições da sociedade e, sobretudo, na conscientização das mulheres. Nos países industrializados, a grande maioria das mulheres considera-se igual ao homem, com direito às mesmas prerrogativas e de controlar seus corpos e suas vidas. Tal conscientização está se difundindo em todo o planeta. Essa é a mais importante das revelações, porque reme-

te ao âmago do nosso ser. Além disso, trata-se de um processo irreversível (CASTELLS, 2001, p. 170).

Hobsbawm em sua obra “A era dos extremos” (2004) compartilha algumas idéias de Castells (2001). Para Hobsbawm (2004) dentre as maiores transformações ocorridas nos anos 1960, sem dúvida, há destaque para o protagonismo das mulheres e para o seu grande desempenho no mercado de trabalho e a crescente participação destas na educação superior embora tal fato não se traduza em equiparação de remuneração em relação aos homens.

Diante disso, o reconhecimento da importância do movimento feminista⁸ no Brasil deve ser destacado e respeitado. Como coloca Sueli Carneiro (2003) não podemos esquecer-nos de suas contribuições, nas lutas por anistia, creches, descriminalização do aborto (que atinge, sobremaneira, as mulheres negras e pobres) dentre outras ações.

Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, Sueli, 2003, p. 118).

O silenciamento referente às demandas sociais e políticas das mulheres negras também estavam presentes no movimento negro brasileiro dos 1970 e 1980. Neste, a pauta da agenda política girava em torno do enfrentamento das desigualdades sociais e raciais a partir do viés classista. Assim sendo, resolvidas as assimetrias relacionadas à questão de classe as demais questões, inclusive a racial e de gênero, seriam resolvidas. Neste contexto, a discussão sobre as especificidades das mulheres negras não encontrava espaço.

O movimento de mulheres negras no Brasil, sob a efervescência dos movimentos sociais emergidos na década de 1980 chama a atenção para a necessidade de se combater o racismo e o sexismo de modo que as mulheres negras pudessem contar com mecanismos específicos e palpáveis de superação de desigualdades sociais. Neste contexto, a novidade empreendida pelo movimento de mulheres negras da década de 1980 em comparação as experiências de resistências seculares citadas por Werneck (2009) é a visibilidade política acerca

⁸ O feminismo é aqui entendido como ação política das mulheres que “engloba teoria, prática e ética, transformando as mulheres em sujeitos históricos da transformação da sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para mudar a si mesmas e ao mundo. O feminismo se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais, na arte, na teoria, na política. Reconhece um poder não somente no nível público e estatal, mas também o poder presente em todo o tecido social, ampliando a concepção convencional da política bem como a noção de sujeito” (SOARES, 2000, p.258).

das desigualdades sociais que abarcavam as mulheres negras. Este movimento foi estratégico ao conjugar-se à onda democrática que envolveu o país em finais da década de 1980 e que resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988⁹.

No que tange ao movimento de mulheres negras brasileiras, outros aspectos podem ser sumariados, tais como, a formação e produção teóricas aliadas à militância de ativistas e intelectuais negras que passam a ter presença mais intensamente na academia, denunciando a falsa democracia racial e visibilizando os problemas sociais típicos da população negra, ou seja, a história passa a ser contada a partir das vozes dos “de baixo”. Ainda neste contexto, o intercâmbio com ativistas e estudiosas de outros países da diáspora africana vai empreender um aspecto positivo ao movimento de mulheres negras, já que as trocas de experiências são facilitadas pela sociedade em rede. Para Milton Santos (2007, p. 21) “esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica”.

Num contexto de permanente luta por direitos sociais, as mulheres negras vêm se colocando como sujeitos políticos em busca da cidadania¹⁰ plena. Assim, ao nos basearmos nos termos de Telles (1999) tomaremos aqui o conceito de direitos sociais enquanto:

Sentido político ancorado na temporalidade própria dos conflitos pelos quais as diferenças de classe, de gênero, etnia, raça ou origem se metamorfoseiam nas figuras políticas da alteridade - sujeitos que se fazem ver e reconhecer nos direitos reivindicados, se pronunciam sobre o justo e o injusto e, nesses termos, reelaboram suas condições de existência como questões pertinentes à vida em sociedade (TELLES, 1999, p. 178).

A autora defende que colocar os direitos sociais sob o olhar daqueles que o pronunciam, recusando a ideia de que tais reivindicações se resumam ao mundo das necessidades e carências, nada mais é que atentar para as falas

⁹ Esta articulação foi reforçada pelo protagonismo dos chamados “novos movimentos sociais”. Conforme Salvador (2009, p. 128): “Os “novos movimentos sociais”, durante as décadas de 1980 e 1990, trouxeram para o cenário político brasileiro novos atores, antigas demandas e questões inéditas, que alteraram especialmente a dinâmica política do país”. Além disso, “esses movimentos sociais fortaleceram uma perspectiva inovadora: a defesa dos direitos coletivos e culturais. A luta pelo direito dos grupos em situação de exclusão e subordinação se ampliou e se fortaleceu nas diversas esferas políticas” (SALVADOR, 2009, p. 130).

¹⁰ O termo cidadania é aqui tomado como “capacidades dos indivíduos, no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (IAMAMOTO, 2007, p.165). Nesse processo, segundo Iamamoto *apud* Coutinho (2007) ao pensar a democracia devemos pensar também na socialização da economia, da política e da cultura como vias para a liberdade humana.

carregadas de positivities dos sujeitos políticos que buscam os princípios universais de cidadania.

[...] essa palavra individual, ou coletiva, que diz o justo e o injusto, é também a palavra pela qual os sujeitos que a pronunciam se nomeiam e se declaram como iguais, igualdade que não existe na realidade dos fatos, mas que se apresenta como uma exigência de equivalência na sua capacidade de interlocução pública, de julgamento e de deliberação em torno de questões que afetam suas vidas - e essa exigência tem o efeito de desestabilizar e subverter as hierarquias simbólicas que os fixam na subalternidade própria daqueles que são privados da palavra ou cuja palavra é descredenciada como pertinente à vida pública de um país (TELLES, 1999. p. 179).

Deste modo, o movimento de mulheres negras, procurando desestabilizar consensos estabelecidos que contribuem para o emparelhamento deste segmento social sob as balizas do sexismo e racismo, vem se colocando como

[...] sujeitos portadores de uma palavra que exige seu reconhecimento - sujeitos falantes, como define Rancière, que se pronunciam sobre questões que lhes dizem respeito, que exigem partilha na deliberação de políticas que afetam suas vidas e que trazem para a cena política o que antes estava silenciado, ou então fixado na ordem do não pertinente para a deliberação política (TELLES, 1999, p. 180).

É importante salientar, que nos termos de Telles (1999, p. 185), as palavras daqueles que as pronunciam não exige apenas o reconhecimento da diferença, mas, sobretudo, a ampliação do “mundo comum” onde há uma série de problemas, dilemas, dramas, histórias e tradições que particularizam formas de existências. Logo, os dilemas contemporâneos se especificam na ótica dos “sujeitos falantes” que através de um conjunto diferenciado de problemas, questões e desafios põem na pauta de suas agendas políticas suas histórias e tradições, buscando desenhar maiores possibilidades de justiça social aos silenciados.

Nesta perspectiva, o grupo social mulheres negras, enquanto “sujeitos falantes” e sujeitos políticos de direitos, procuram subverter as hierarquias simbólicas persistentes procurando modificar as condições desfavoráveis, especialmente, no que diz respeito ao mercado de trabalho.

2.2.3. Mulheres negras: a luta contra o racismo e sexismo no trabalho

A busca por melhores condições de trabalho e garantia de formas menos discriminatórias e desiguais nas relações laborais tem uma trajetória considerável na histórica luta antirracista e antissexista das mulheres negras no Brasil. Conforme já visto formas de resistência e articulações para melhores condições de vida tem feito parte da trilha percorrida pelas mulheres negras de maneira secular.

Ao falarmos de mulheres negras e trabalho não podemos deixar de pensar na categoria trabalho doméstico, historicamente e majoritariamente, exercido pelas mulheres negras. Mesmo não sendo objeto de análise desta pesquisa não podemos deixar de mencionar como exemplo da antiga luta antirracista e antissexista no trabalho a primeira associação de trabalhadoras domésticas no Brasil que surge na década de 1930, liderada por Dna. Laudelina de Campos Melo¹¹. A pesquisadora Elisabete Pinto (1993) tomou como objeto de sua dissertação de mestrado a trajetória de Dna. Laudelina. De acordo com a pesquisadora, Dna. Laudelina tentava subtrair e transformar o sistema de opressão vivenciado pelas pessoas negras através da rebeldia, vontade e persistência em criar uma nova sociedade onde os negros tivessem maior espaço (PINTO, 1993, p. 60).

Racismo e sexismo, cuja presença é intensa nas diversas dimensões da vida social, sobretudo no trabalho, resultam de desigualdades historicamente construídas a partir de uma abolição inconclusa. De acordo com Sueli Carneiro (2006, p. 25) a massa de ex-escravos ficou relegada socialmente através de uma política eugênica de branqueamento da sociedade estimulada pela imigração europeia onde políticas de exclusão impediram o acesso democrático dos negros a educação formal e ao mercado de trabalho.

Beatriz Nascimento (2007, p. 104) ao descrever a mulher negra no mercado de trabalho em 1976 discorre o seguinte:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A 'herança escravocrata' sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora,

¹¹ Além de ser a responsável pela primeira associação de empregadas doméstica do país, Dna. Laudelina integrou a Frente Negra Brasileira e o movimento negro de Campinas. Nesta cidade, foi pioneira ao denunciar a discriminação racial dispensada às empregadas domésticas negras indo até o jornal Correio popular para se manifestar contra anúncios preconceituosos (CRIOLA, 2009). Disponível em: <http://www.criola.org.br/nnh_laudelina_campos_melo.htm>. Acesso em: 25 fev 2010.

a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadoras rurais.

Ao refletir a realidade da mulher negra na década de 1970, o texto de Nascimento (2007) pode ser considerado atual, já que as tendências mostradas acima apresentam certa permanência. Contemporaneamente é sabido que alguns avanços são percebidos. Os níveis de escolaridade da população negra vêm crescendo ao longo dos anos o que possibilita melhores resultados no campo laboral. No entanto, o caráter qualitativo do ensino precisa ser questionado, além das demais formas de disparidades sociais entre negros e brancos que impedem aos primeiros melhores possibilidades de participação social no país.

De acordo com o documento Tempo em Curso: boletim mensal sobre as desigualdades de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho brasileiro¹², em setembro de 2009, existia, aproximadamente 1,8 milhões de desempregados nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). Deste total, 56% eram do sexo feminino e 44% do sexo masculino que faziam parte da População Economicamente Ativa (PEA). Neste universo, ao se considerar o aspecto racial os brancos eram 46% do total de desempregados enquanto que pretos e pardos¹³ perfaziam 53,3%. Quando analisados os dados referentes ao sexo e a cor/raça os homens brancos respondiam por 1,8% na PEA desempregada, mulheres brancas 26,2%, homens pretos e pardos 23,8% e mulheres pretas e pardas 29,5%.

Vejamos a seguir como se mostra o panorama relativo ao mercado de trabalho dos diferentes grupos sociais para que possamos compreender as complexidades relativas a tal setor o que justifica a luta das mulheres negras em prol de maior equidade laboral.

¹² Este documento reúne pesquisas realizadas pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER), órgão ligado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O mesmo passou a ser publicado a partir de novembro de 2009 com o objetivo de acompanhar as assimetrias de cor ou raça e gênero, presentes nos indicadores do mercado de trabalho brasileiro, tal como captados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), e disponibilizada gratuitamente, em seu formato de microdados possibilitando a identificação dos impactos diretos e indiretos de determinados momentos da economia (fases de prosperidade e de crise) sobre as condições de acesso ao mercado de trabalho brasileiro por parte das pessoas dos distintos grupos de cores ou raças, de ambos os sexos. Disponível em: <http://www.laeser.ie.ufrj.br/tempo_em_curso.asp>. Acesso em: 23 fev 2010.

¹³ A classificação racial aqui considerada segue os mesmos critérios do IBGE, a saber, brancos, pretos & pardos (negros), amarelos e indígenas.

**Tabela 01 -
Rendimento habitualmente recebido pela PEA residente nas seis maiores regiões metropolitanas; Brasil, setembro de 2009 (em R\$, set/09)**

Regiões Metropolitanas							
Grupos	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total 6 RM
Homens Brancos	1591,96	2551,51	2076,98	2046,88	2041,98	1521,64	1969,36
Mulheres Brancas	1178,91	1840,28	1376,56	1417,12	1415,21	1161,38	1379,65
Brancos Total	1404,33	2201,37	1742,00	1764,88	1751,05	1356,70	1697,44
Homens Pretos & Pardos	789,23	1046,27	1014,45	1014,45	1011,62	961,36	998,58
Mulheres Pretas & Pardas	608,71	795,84	744,84	744,84	791,8	819,52	752,35
Pretos & Pardos Total	713,02	931,06	891,78	900,06	914,54	893,32	890,17
Homens	1040,33	1275,08	1568,54	1568,54	1685,78	1451,26	1537,10
Mulheres	806,67	964,12	1120,91	1120,91	1220,10	1114,76	1115,44
Total	938,7	1130,44	1372,88	1372,88	1473,72	1296,24	1346,73

Nota: População total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Ao considerarmos os dados apresentados na tabela acima em percentuais veremos que a remuneração habitual média do trabalho principal para os brancos fica em 90,7% superior aos pretos e pardos no conjunto das seis regiões metropolitanas. Quando analisados os dados no que diz respeito à cor e sexo verifica-se o favorecimento dos homens brancos em relação aos pretos & pardos, já que há o diferencial de 97,2% a favor dos primeiros. Já entre as mulheres brancas e pretas & pardas a diferença foi de 83,4% positivos para as primeiras. A comparação entre gêneros fica da seguinte maneira: a diferença na remuneração do trabalho dos homens brancos em relação às mulheres brancas foi de 42,7% e, em relação às mulheres pretas & pardas foi de 161,8%. As mulheres brancas obtiveram remuneração média 38,2% superior à média dos pretos & pardos (LAESER, 2009, p.13).

Tabela 02
PEA Residente subcupada por insuficiência de rendimento nas seis maiores regiões metropolitanas, Brasil, setembro de 2009 (em nº de pessoas, peso relativo em relação ao total de ocupados e em relação ao total de sub-ocupados)

	Subocupados por Insuficiência de Remuneração	Peso Relativo sobre Total de Ocupados do Grupo	Peso Relativo nos subocupados
Homens Brancos	575 005	9,1%	15,8%
Mulheres Brancas	771 702	14,1%	21,2%
Branco	1 346 707	11,4%	37,1%
Homens Pretos & Pardos	1 075 920	20,4%	29,6%
Mulheres Pretas & Pardas	1 194 169	28,5%	32,9%
Pretos & Pardos	2 270 088	23,9%	62,5%
Homens	1.658.603	14,1%	45,6%
Mulheres	1.976.352	20,2%	54,4%
Total	3.634.955	16,9%	100,0%

Nota: Produção total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

A subocupação por insuficiência de jornada de trabalho é entendida pelo conjunto de trabalhadores ocupados que trabalhavam menos que 40h/semana (trabalhadores em horário parcial) e declaravam desejar trabalhar um quantitativo maior de horas. O peso desta subocupação representava para os homens brancos um percentual de 17,0%; mulheres brancas, 30,1%, homens pretos & pardos, 19,6% e mulheres pretas & pardas 33,3%.

Tabela 03
Distribuição segundo posição na ocupação da PEA ocupada residente nas seis maiores regiões metropolitanas, Brasil, setembro de 2009 (em nº de pessoas)

Posição na Ocupação	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Brancos Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Emprego Doméstico Com Carteira	14951	205 210	220 161	22 513	354 697	337 210	37 464	561 567	599 031
Emprego Doméstico Sem Carteira	17027	399 485	416 512	28 558	624 946	653 504	45 585	1026 698	1072 284
Emprego Com Carteira Setor Privado	3041 819	2252 302	5294 121	2641 173	1525 617	4166 790	5720 143	3801 078	9521 221
Emprego Sem Carteira Setor Privado	828 922	635 016	1463 939	804 097	446 847	1250 944	1652 772	1097 055	2749 827
Emprego Setor Público Com Carteira	100 731	134 516	235 247	75 724	72 460	148 184	178 052	207 944	385 996
Emprego Setor Público Sem Carteira	72 413	113 833	186 245	52 165	78 634	130 799	126 010	193 317	319 327
Militar ou Funcionário Público	479 628	579 528	1059 156	298 604	316 084	614 688	783 769	903 095	1686 864
Conta-Própria	1279 506	892 121	2171 627	1164 244	658 537	1822 781	2472 748	1564 980	4 037 728
Empregador	501 478	217 378	718 856	175 428	69 837	246 265	693 786	298 632	992 418
Sem Remuneração	12542	57122	69 664	19 101	46 577	65 677	34 612	114 178	148 790

Nota: População total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Ao analisarmos o peso do setor formal verifica-se que 65,0% do contingente de homens brancos são contemplados pela garantia de direitos previdenciários e trabalhistas enquanto que para os homens negros o percentual fica em torno de 60,4%. Para as mulheres brancas o peso da formalidade é menor, 58%. No entanto, para as mulheres pretas & pardas é de 47,3%.

É interessante notar que o fator educacional é tomado como primordial para que sejam alcançadas melhores posições no mercado de trabalho. Por isso, acreditamos ser importante verificarmos, tomando como base os dados do IBGE, como tem se apresentado a distribuição por cor/raça no que se refere aos anos de estudo.

Tabela 04
Pessoas de 25 anos ou mais de idade e pessoas de 25 anos ou mais de idade, com 15 anos ou mais de estudo, total e sua distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as grandes regiões – 2006

Grandes Regiões	Total (1 000 pessoas) (1)	Total (1 000 pessoas) (1)	Cor ou raça (%)		
			Branca	Preta	Parda
Brasil	103 872	8 908	78,1	3,3	16,5
Norte	7 057	353	43,1	6,1	49,3
Nordeste	26 273	1 308	55,7	5,4	38,2
Sudeste	47 264	5 077	83,3	3,1	10,8
Sul	16 052	1 493	92,1	1,2	4,7
Centro-Oeste	7 226	676	69,3	3,6	25,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Tabela 05
Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual,
por cor ou raça e nível de ensino freqüentado,
segundo as Grandes Regiões – 2006

Grandes Regiões	Estudantes de 18 a 24 anos de idade de cor ou raça branca				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por nível de ensino freqüentado (%)			
		Fundamental ou 1º grau	Médio ou 2º grau	Pré- vestibular	Superior ou 3º grau (1)
Brasil	3 995	8,8	29,7	5,0	56,0
Norte	175	15,5	38,9	5,1	39,4
Nordeste	753	19,1	39,8	5,7	34,6
Sudeste	1 968	5,8	26,7	5,2	62,0
Sul	825	5,5	26,6	4,1	63,2
Centro-Oeste	273	7,5	26,8	3,7	61,2
Grandes Regiões					
	Estudantes de 18 a 24 anos de idade de cor ou raça preta ou parda				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por nível de ensino freqüentado (%)			
		Fundamental ou 1º grau	Médio ou 2º grau	Pré- vestibular	Superior ou 3º grau (1)
Brasil	3 622	22,8	50,0	4,0	22,0
Norte	504	25,6	49,8	5,2	18,2
Nordeste	1 656	29,7	50,2	3,7	14,8
Sudeste	1 025	13,3	50,9	4,0	31,0
Sul	137	12,5	52,5	3,8	30,6
Centro-Oeste	300	16,9	45,3	3,4	33,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Nota: Inclusive as pessoas sem declaração de anos de estudo.

(1) Inclusive Graduação, Mestrado ou Doutorado.

Os dados parecem tomar vida própria ao serem olhados com um pouco mais de atenção. Nota-se que os diferenciais para negros e brancos é bastante considerável, especialmente, no que se refere ao ensino superior. Conforme Silva (2008, p. 143):

[...] vemos que o quadro de marginalização econômica a que tem sido exposta a população negra no Brasil, dissocia-se dos aspectos puramente sociais e se alia a um importante referencial de discriminação pautado na raça, presente na sociedade e refletido notadamente nas esferas do trabalho e da educação.

Neste quadro de análises não poderíamos deixar de enfatizar a situação das mulheres negras, especialmente, no ensino superior. Com base no Atlas Racial Brasileiro (PNUD - 2005) a autora citada acima problematiza tal condição a partir dos seguintes dados:

Tabela 06
Composição da PEA (População Economicamente Ativa) feminina por raça/cor segundo escolaridade

Anos de estudos		0	1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	15 e mais
	Branças	10,59	14,75	33,40	14,02	20,08	7,15
1980	Negras	31,56	21,59	28,87	8,48	8,23	1,28
	Branças	3,26	8,54	26,09	19,21	31,48	11,42
2000	Negras	8,36	15,83	32,37	18,48	21,92	3,06

Fonte: Atlas Racial Brasileiro- PNUD, 2005

Silva (2008) argumenta que mesmo havendo um avanço educacional para as mulheres ainda persiste o fosso entre as mulheres brancas e negras, fato que vai impactar, sobremaneira, a inclusão das últimas no mercado de trabalho de forma menos desigual.

A apresentação destes indicadores sociais nos dá um panorama das experiências vivenciadas pela população negra brasileira no que diz respeito a trabalho e educação. Neste contexto, não podemos deixar de citar que a reestruturação capitalista ocorrida a partir de finais da década de 1980 e início da década de 1990 impactam a realidade deste grupo social. É neste contexto que a luta

contra o racismo e o sexismo empreendido pelo movimento de mulheres negras vem enfrentando tais adversidades no intuito da garantia de direitos sociais.

Nesta perspectiva, podemos afirmar, nos termos de Castell (2001) que o movimento de mulheres negras é imbuído das identidades de resistência – formada por sujeitos em circunstâncias desvantajosas e/ou estigmatizadas que visam a construção de “trincheiras de resistência e sobrevivência” baseadas em princípios próprios e identidade de projeto – onde os atores sociais buscam um devir, lançando mão de material cultural como fonte de valorização e construção de nova identidade para redefinição de sua situação na sociedade. Logo, buscam a transformação da estrutura social baseada nas desigualdades raciais e de gênero.

É a partir desta transformação, como “sujeito falante” e como sujeito histórico e político de direitos que as mulheres negras também vão buscar a equidade nas empresas, já que é notória a desigualdade presente nestes espaços, pois a subrepresentação de negros e, particularmente, de mulheres negras é tomada, muitas vezes, como natural, de maneira acrítica e ahistórica.

Estas vozes pressionaram, e continuam pressionando, vários setores da sociedade para o combate as mais diversas formas de discriminação procurando chamar a atenção para a valorização da diversidade e, sobretudo, para a eliminação das desigualdades no mercado de trabalho. O movimento negro e o movimento de mulheres negras influenciaram na criação e aprimoramento da legislação, tanto nacional como internacional, tendo em vista a eliminação de práticas antidiscriminatórias no ambiente laboral. Carneiro (2006, p. 70) lista algumas das principais leis e convenções que tratam da discriminação no trabalho, a saber:

- (1) A Constituição Federal de 1988;
- (2) A Lei 7.776, de 05 de janeiro de 1989, que define crimes oriundos de preconceito de raça/cor, etnia, religião ou procedência nacional;
- (03) O Decreto de 20 de março de 1996, que cria no Ministério do Trabalho para a Eliminação da Discriminação na Ocupação (GTEDEO);
- (04) A Convenção Internacional sobre todas as Formas de Discriminação Racial da ONU de 21 de dezembro de 1965, em que os países signatários comprometem-se em proibir e eliminar a discriminação racial;
- (05) O Programa de Ação da Conferência de Durban, 2001 onde há a convocação dos Estados e incentivo aos representantes sindicais e empresariado a desenvolver ações antidiscriminatórias no ambiente de trabalho protegendo os direitos dos trabalhadores, sobretudo, as vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata;

(06) Os compromissos da OIT com as Convenções e Recomendações: Trabalho Decente e Promoção da Igualdade de Oportunidades.

Estes documentos podem e devem ser utilizados como estratégias de resistência e confronto pelos diferentes grupos não representados nas instâncias de poder como forma de contra discurso da ordem instituída e de garantias de direitos.

Ultimamente as empresas e grandes organizações têm se pautado num discurso de possível correção das desigualdades sociais. Neste sentido, o debate sobre as hierarquias de gênero vem ganhando terreno no mundo corporativo. É nesta perspectiva que o Programa Pró-Equidade de Gênero vem sendo articulado.

Conforme veremos tal programa nasce a partir do desenvolvimento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres onde a participação das organizações de mulheres negras foi importante para a configuração de objetivos que incluísse as particularidades deste segmento social.

No capítulo a seguir apresentaremos o Programa Pró-Equidade de Gênero, o contexto da qual foi criado e suas especificidades para, posteriormente, analisarmos quais tem sido suas contribuições no que se refere a equidade de mulheres negras nas empresas.